



Inclusão no ensino superior: valores do trabalho e do estudo para as camadas populares

Palavras chave: Programa Escola da Família; Bolsa Universidade; Estudante trabalhador

Inclusion in higher education: values of work and study to the popular classes

Keywords: Family School Program; University scholarship; student worker

Marli Ferreira de Souza - Mestranda em Educação - Faculdade de Educação USP

Rua Professor Álvaro Guimarães Filho, nº 109, Vila Império - São Paulo, SP - CEP:

04407-000 - Telefone: 55633813 Celular: 973512475 -

Email:marlifersou@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho discute a participação de estudantes de instituições de ensino superior privado no Projeto Bolsa Universidade, que concede bolsas de estudos para estudantes de baixa renda que aceitem atuar como monitores nas escolas públicas estaduais por 12 horas aos finais de semana, desenvolvendo atividades recreativas e/ou educativas. Ele faz parte do Programa Escola da Família, implantado no Estado de São Paulo em 2003 pela Secretária de Estado da Educação, cuja proposta é a abertura das escolas aos finais de semana a fim de torná-las um espaço de convivência. O trabalho analisa a árdua jornada semanal cumprida por esses trabalhadores-estudantes (a maioria dos quais cursa o ensino superior noturno) e discute os sentidos atribuídos por eles à contrapartida do financiamento das mensalidades. Na pesquisa, foi possível perceber como esses bolsistas administram o sonho de se tornarem universitários e o sentimento de cumprimento de dever por trabalhar aos finais de semana para garantir a bolsa integral na universidade. A conclusão é de que essa política, que se apresenta como apoio à permanência no ensino superior, tem resultado em trabalho precário e excessivo.

Abstract: The paper discusses the participation of students in private institutions of higher education in the University Scholarship Project, which awards scholarships to low-income students who agree to act as monitors in public schools for 12 hours on weekends, developing recreational activities and / or educational. It is part of the Escola da Família Program, implemented in the state of São Paulo in 2003 by the Secretary of State of Education, whose tender is opening schools on weekends in



order to make them a space of coexistence. The paper analyzes the arduous workweek fulfilled by these working students (most of whom attends the evening higher education) and discusses the meanings attributed to the consideration of funding the tuition for them. In the survey, it was possible to see how these fellows manage the dream of becoming academics and the fulfillment feeling of duty to work on weekends to ensure full scholarship at the university. The conclusion is that this policy, which appears to support the permanence in higher education, has resulted in poor and overwork.

Introdução

Sou polivalente. Levanto às cinco e quinze, preparo o café, lavo roupa na máquina, saio às seis e meia da manhã, vou a pé. Esse trajeto dura em média quarenta e cinco minutos até o trabalho, faço isso para economizar dinheiro. Tenho uma hora de almoço, saio do trabalho às cinco e meia da tarde e vou direto para a faculdade, uma hora e 10 minutos a pé, tenho também a opção de tomar até duas conduções, uma delas é oferecida gratuitamente pela faculdade. Se não estou bem de saúde, com muitos livros ou chove, aí eu vou de transporte público, mas ainda prefiro ir a pé. Meu jantar, às vezes, é uma fruta ou *danone* que levo. Quando estou com muita fome, faço lanche na faculdade, mas é raro, pois é muito caro, prefiro esperar chegar em casa para comer. Saio às onze da noite, às vezes consigo carona com um amigo, então eu chego mais ou menos onze e meia, meia noite, se eu for a pé, só chego em casa meia-noite e meia, uma hora da manhã. Chegando em casa, vou ver como estão meus filhos, que são *especiais* e ficam sozinhos durante o dia. Vejo se tomaram banho, comeram, recolheram o lixo. (Maria, 57 anos, educador-bolsista).

Tenho um emprego fixo, trabalho mais de oito horas por dia, utilizo transporte público. Sou casado e tenho duas filhas, uma já faz faculdade. Do trabalho eu vou direto para a universidade



e aos finais de semana, trabalho no Programa Escola da Família. (José, 41 anos, educador-bolsista).

Esses são dois exemplos de como é o cotidiano de muitos dos bolsistas contemplados com o projeto Bolsa Universidade, objeto de análise aqui. Eles, em sua maioria, são trabalhadoras e trabalhadores de camadas populares, que agora veem nessa inserção no ensino superior uma possibilidade de modificar sua condição social. Jessé de Souza (2010) considera esses novos grupos em ascensão como “classe trabalhadora”, desse modo se contrapõe a ideia de que se trataria de uma “Nova classe média”. O conceito desta estaria, segundo o autor, relacionado ao consumo e aos jogos de distinção entre a classe média e alta. A primeira, diferentemente, seria composta por trabalhadores com rotinas exaustivas na busca de melhores condições de vida, que resistiriam ao consumo imediato e uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho, sendo, por isso, também denominados como batalhadores. Destaco aqui a importância de focalizar o cotidiano desses estudantes-trabalhadores para tentar compreender o modo como reafirmam suas identidades sociais, por meio de suas trajetórias, pois conforme afirma Alberto Mellucci (2004) “As experiências cotidianas parecem minúsculos fragmentos isolados da vida, tão distantes dos vistosos eventos coletivos e das grandes mutações que perpassam nossa cultura.” (MELLUCCI, 2004, p.13). O autor complementa também que na perspectiva de tempos, espaços e relações aconteceria praticamente tudo o que seria importante para vida social. É onde assumiria sentido no que fazemos e onde surgiriam as energias para todos os eventos, até os mais grandiosos.

A história da volta aos estudos das classes populares tem um primeiro momento importante no contexto da educação básica para jovens e adultos. Atualmente, passamos, por outro contexto de inclusão dessa modalidade, que agora se dá no ensino superior. À volta aos estudos, em ambos os casos situa-se entre a rotina de muito trabalho e a necessidade de políticas públicas de inclusão. Trata-se da oportunidade de se qualificar e tentar assim uma ascensão social. “Após realizar uma trajetória escolar descontínua, marcada por insucessos e desistências, retornam à escola em busca de credenciais escolares aprendizagem, sociabilidade e expressão cultural”. (DI PIERRO, 2005, p.1122). Contudo, continuam insistindo, pois a valorização da educação representa a eles a possibilidade de uma mudança de vida tanto econômica, quanto social. Essa mudança pode se dar, entretanto, de maneiras diferentes para homens e mulheres. Algumas implicações da questão de gênero neste



contexto, de estudo e trabalho, apresentam-se como ponto relevante a ser discutido. A discussão se dará, a partir de análise do projeto Bolsa Universidade, que é parte do Programa Escola da Família. Nele, em troca do financiamento das faculdades, cobra-se como contrapartida dos bolsistas, o trabalho de educador-bolsista aos finais de semana nas escolas públicas do Estado de São Paulo. A presente análise se concentrará nas experiências de dois bolsistas e suas trajetórias, em suas relações com o trabalho formal e doméstico, os estudos e o programa. Considerarei os implicadores da classe social e da experiência socializadora a partir da perspectiva de François Dubet (1994), na tentativa de dialogar com os relatos dos bolsistas do projeto Bolsa Universidade do Programa Escola da Família. Conforme o autor “a experiência é uma actividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o <<verificar>>, de o *experimentar*. A experiência constrói os fenômenos a partir das categorias do entendimento e da razão”. (DUBET, 1994, p.95). Muitas questões podem ser levantadas com relação às classes populares no ensino superior. O que discutirei aqui é a finalidade dessa inserção financiada e os seus significados para essas pessoas. Buscarei também indagar quais valores são acionados nessa experiência de ser trabalhador no Programa Escola da Família e quais as implicações de questões como gênero e classe nessa experiência de acesso ao ensino superior. Cabe destacar que nos últimos dez anos, houve um aumento considerável do ingresso de indivíduos das classes populares no ensino superior, principalmente o privado, devido, principalmente, ao crescimento econômico e a necessidade de profissionais especializados.

O Programa Escola da Família e o trabalho do/da educador(a) - bolsista

O Programa Escola da Família parte da premissa da UNESCO de uma educação e uma cultura para a Paz que combata a violência. O então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, à vista do que está disposto no artigo 3º da Lei nº 11.498, de 15 de outubro de 2003, por meio do decreto nº 48.781, de sete de julho de 2004, institui o Programa Escola da Família com o objetivo de estabelecer o desenvolvimento de uma cultura de paz no Estado de São Paulo. Atualmente o programa está presente em 2.394 escolas da rede estadual e 291 da rede municipal de ensino. O programa organiza-se nas escolas a partir de quatro eixos: Esporte, Cultura, Saúde e Trabalho (FDE, 2013) e sua operacionalização se dá pela gestão compartilhada entre a CGEB (Coordenadoria de Gestão da Educação Básica), SEE (Secretaria da Educação do Estado), DPE (Diretoria de Projetos Especiais). A FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) é o órgão executor e coordenador

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



geral do Programa Escola da Família. Compartilham também da coordenação geral do Programa a SEE e a CGE. O programa estabelece diversas parcerias, já que parte da premissa de integração com a comunidade, com instituições como as associações de bairro, empresas, sindicatos, universidades. Segundo o manual operacional do programa, as parcerias visam proporcionar sustentabilidade aos projetos, dos quais o Bolsa Universidade é o mais importante, pois ele é responsável pelo movimento, manutenção e organização dos demais projetos do programa.

Esse projeto garante aos estudantes 100% de gratuidade nas mensalidades das faculdades dos quais, 50% é financiado pelo Estado de São Paulo, desde que esse valor não ultrapasse R\$ 310, e os outros 50% pela instituição de ensino Superior credenciada (FDE, 2013). O estudante deve estar matriculado em uma universidade parceira e conseguir vaga em uma das escolas ligadas ao programa. Essa bolsa de estudos exige do bolsista a contrapartida de atuar nas escolas públicas aos finais de semana como educador universitário. Importante ressaltar que esses estudantes-bolsistas são, em grande parte, trabalhadores e, por meio desse projeto, têm que oferecer mais trabalho aos finais de semana. Atualmente, conforme dados fornecidos pelo programa são 14.445 bolsistas entre 16 e 61 anos, 80% desses universitários tem até trinta anos de idade. Dentre as atribuições colocadas ao educador(a)-bolsista são um dos aspectos do trabalho é a representação moral, conforme Cynthia Sarti (2011, p. 81): “a honra, entre os pobres, não estando associada à posição social, vincula-se à virtude moral, como afirmação de si em face do olhar dos outros, sendo o trabalho um dos instrumentos fundamentais dessa afirmação pessoal e social”. O trabalho, nesse sentido, conforme a autora estaria articulado a um modo de construir e contar suas histórias e de representar-se no mundo. Segundo ela o projeto de ascensão, quando concebido nos termos de uma razão prática, o possível ganho elevado, configuraria assim não um projeto de melhorar de vida, mas de subir na vida.

Mostra-se importante, dessa maneira, ao analisar esse projeto, considerar a rotina, já bastante árdua desses bolsistas e a necessidade de sacrificar o seu único momento de descanso, os finais de semana. Entretanto, quando questionados sobre o que é ser educador no projeto, eles percebem essa tarefa como justa, como a garantia de sua dignidade, o pagamento de sua bolsa de estudos e o reconhecimento pessoal. Contudo, não se pode pensar sobre essas questões sem considerar as condições de classe aqui implicadas. Uma dessas condições é que para participar desse programa o critério é não ter condições de arcar financeiramente seus estudos. O trabalho é fortemente vinculado a sua existência enquanto sujeito social, juntamente carregado



de sentidos de valor como dignidade de estar no mundo. Aqui ele colocado, também, como um valor de troca. Para estudar, o trabalho aos finais de semana é reconhecido por eles como necessário e justo. Dar essa contrapartida é uma forma de afirmar não estar recebendo nada de graça, de mostrar certa dignidade de que pode de alguma forma, “pagar”. Ao mesmo tempo, que a enxergam como cansativo, ou um fator complicador, pois diminui o tempo para os estudos e lazer. Impossível aqui não perceber analogia com a ideia de espoliação da classe trabalhadora urbana, mobilizada por Lucio Kowarick (1993), para tratar do fenômeno da autoconstrução da moradia aos finais de semana, para assim garantir o direito à habitação a partir de uma superexploração. Trabalhadores que têm uma jornada em média de oito horas de trabalho por dia e que têm também que trabalhar em troca de financiamento, para mais escolaridade. Como é possível observar em Carlos Bauer (2010), esta é a possibilidade de se alcançar o ensino superior, mesmo que de forma difusa e distorcida. Para os filhos da classe operária e outros trabalhadores do campo e da cidade, o ensino superior, é de fato almejado. “ Uma possibilidade real de mobilidade social, uma ascensão social que é desejada, talvez, como única oportunidade de superar as precárias condições de vida a que foram submetidos os trabalhadores em nosso país” (BAUER, 2010, p.33). Segundo o bolsista do programa Escola da Família, José, conseguir obter uma renda maior não dependeria apenas dele, mas estudar ele acredita que sim. Ele não associa estudar a obter dinheiro e sim o conhecimento, seu maior valor. “Todo mundo tem carro na minha família, eles acham que representa o sucesso das pessoas, ficam me perguntando como eu ainda não tenho! O sucesso mais lindo para mim é quando a pessoa fala que concluiu a faculdade, me sinto atrasado, na contramão.” (José, 41 anos, educador-bolsista).

Experiências de classe, gênero e idade

Para François Dubet (1994), a experiência social não é uma *esponja*, nem um fluxo de sentimentos e de emoções, ela seria a expressão de um sujeito, pois seria socialmente construída. Para ele uma sociologia da experiência incita que se considere cada indivíduo como um intelectual, um ator capaz de dominar conscientemente, em certa medida, a sua relação com o mundo. Segundo Martuccelli (2002), a identidade pode ser compreendida como uma articulação de histórias pessoais e de tradições sociais e culturais, que configuram um processo de formação que se dá ao longo de toda a nossa vida. Pensar a formação de identidades, portanto, é pensar as relações que se dão entre uma classe, comunidade, sexo ou geração. Pontos que garantem um sentimento de pertencimento social. Permitiria, além das



mudanças, assegurar a manutenção de uma continuidade. Na crise identitária que vivemos na modernidade, afirma esse autor, os indivíduos são obrigados a garantir a si mesmo a costura de sua própria individualidade. Segundo o autor, quanto mais à experiência individual se torna subjetiva, mais ela passa a ser social e visível aos olhos dos outros. Ao mesmo tempo em que esta experiência só pode ser legítima aos atores, uma experiência só seria de fato autêntica, quando expressão de uma personalidade. “A socialização não é total, não porque o indivíduo escape ao social, mas porque a sua experiência se inscreve em registros múltiplos e não congruentes. É nisso que assenta aquilo que se poderá considerar com a autonomia do indivíduo”. (DUBET, 1994, p.103).

Para Dubet (1994), o estigma é utilizado como instrumento de controle social, ele seria desviado do seu sentido, pelo próprio excesso e dirigido contra os seus autores. Esta atitude teria a ideia de reconstruir uma dignidade própria, independente das categorias da identidade impostas do exterior. Nos jogos sociais os sujeitos precisam usar de recursos, denominados pelo autor de estratégia de racionalidade instrumental, o qual seria um utilitarismo da própria ação que visa conceder os meios para as finalidades pretendidas nas oportunidades abertas pela situação. Para José, chegar ao ensino superior significou renascer, alcançar aquele fim proposto e sonhado de aproximação do sucesso pessoal. “Sabe quando as pessoas dizem renasceram quando encontraram sua religião. Para mim isso aconteceu quando voltei a estudar, eu também renasci quando voltei a estudar.” Para José a vida está caminhando como ele esperava, esclareceu e modificou muitas coisas em sua vida, suas experiências negativas marcaram de forma a negá-las, prevalecendo à segurança nos valores da força própria, apreendidos da mãe.

Gênero e suas implicações

A discussão de gênero aqui colocada se concentrará nesses dois sujeitos Maria e José e as implicações sociais devido a seus sexos em suas ações, experiências e projetos de vida. Conforme afirma Joan Wallach Scott (1995) o gênero deve ser utilizado para designar igualmente as relações sociais entre os sexos, uma indicação de construção social. Uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas entre os sexos. A autora também rejeitaria justificativas biológicas utilizadas como formas de subordinação entre homens e mulheres, o conceito de gênero poderia ser definido como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. “Com a proliferação dos estudos do sexo e da



sexualidade, o gênero é importante e útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.” (SCOTT, 1995, p.7).

A dimensão da construção social do gênero é evidenciada na forma como, apesar de pertencerem a uma mesma classe social, Maria e José têm trajetórias que se diferenciam socialmente. Quando tratamos especificamente das classes populares, a responsabilidade doméstica e o cuidado com as crianças, em grande parte é determinada às mulheres. As relações entre gênero e classe, segundo Ricardo Antunes (2009), é possível constatar no universo do mundo produtivo e reprodutivo, a efetivação de uma construção social sexuada. “Onde os homens e as mulheres que trabalham são, também, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho” (ANTUNES, 2009, p.109). Maria coloca especificamente sua preocupação com a família em sua logística ao retomar os estudos, quanto ao serviço doméstico, cuidado com os filhos e só depois o sonho. Esse que só foi retomado aos 49 anos. Numa determinada ocasião, o aniversário de um dos filhos de Maria, conheci alguns de seus irmãos. Um dos irmãos sentia-se autorizado a determinar o que seria o ideal para sua irmã Maria. “Já falei para ela não inventar de mudar emprego, ela ganha é oitocentos reais, sei que não é muito, mas é fixo e seguro!”. Maria contou que teve que em sua infância de abrir mãos dos seus estudos para ajudar a mãe no cuidado de seus irmãos, enquanto seu pai financiava os estudos dos irmãos homens. Ela se casou jovem, com dezessete anos, teve três filhos, desses, dois com histórico de déficit intelectual. Retoma seus estudos aos 49 anos, no EJA, no qual conclui ensino Fundamental I e Médio. Maria relatou diversas tentativas de se inserir no ensino superior, mas sua renda tornava inviável essa possibilidade. O primeiro ponto quando apareceu à oportunidade da bolsa no Programa Escola da Família, foi a preocupação com a sua própria família. A mesma responsabilidade delegada a ela na infância, a qual a afastou dos estudos, agora também estava presente. Agora diferentemente de sua infância, uma mulher independente, seguiria seu sonho: “A princípio achei inviável, pois eu era a única mulher da minha casa, tinha que cuidar da casa, dos meus filhos, lavar roupa, mas eu tinha um sonho de ser uma advogada, foi muito difícil decidir”. Maria diz ter utilizado um princípio de sua experiência passada pelo pai, ainda que não diretamente a ela, segundo o qual estudar seria o mais importante. “Eu tive coragem, quem não teve coragem, me crítica. Falam para mim: fica com seus filhos, você não tem mais idade, mas eu quero conhecer, viver. (Maria, 57 anos, educadora-bolsista). José mostrou também a si as transformações sociais que ele seria capaz de fazer: “Se você era



pedreiro seus filhos também iam ser, se fosse médico, seu filho ia ser médico, era assim que minha família era criada. Ai eu vi que não era bem assim, que eu podia mudar isso.” (José, 41 anos, educador-bolsista).

O que determina a sequência e persistência em seguir na tentativa de continuar os estudos, a busca maior é manter sua identidade integradora (DUBET, 2004), é buscar por ela, o que os faz tentar, insistir, o que os torna de fato batalhadores. O trabalho é aqui um ponto crucial devido ao valor dado por esses indivíduos. Maria afirma direcionar todas suas energias para a faculdade, sem questionar sua realidade, os problemas com os filhos. “O trabalho é o meu prover, agora a faculdade é o meu momento”. (Maria, 57 anos, educadora-bolsista). Conforme Antunes (2009), a mulher trabalhadora em geral tem seu tempo consumido no trabalho doméstico, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho da sociedade e de si própria. Considerando a realidade da figura feminina como mantenedora das condições reprodução da força de trabalho a coloca em desvantagem, pois dificulta a realização de suas necessidades pessoais tais como a qualificação. A volta aos estudos de nossos entrevistados se deu em momentos diferenciados, vinte seis anos a mais de espera para Maria, do que José. Maria voltou aos estudos aos 49 anos, pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos). José retomou os estudos aos 23 anos, no ensino regular. As responsabilidades com a família foram diferenciadas. Maria, como ela mesma se autodenomina, é *polivalente*, além de prover seu sustento por meio do trabalho formal, ainda tem de cuidar dos trabalhos domésticos e dos filhos. Apesar de estarem em situações econômicas muito próximas, percebe-se que a questão de gênero constitui-se no fator de desigualdade que atrasou o ingresso de Maria aos estudos em relação a José. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) ao tratarem da reorganização do uso do trabalho das mulheres, corroboram essa posição de Antunes (2009). As autoras apresentam uma forma particular da divisão social do trabalho com dois princípios organizadores válidos a todas sociedades, a separação e a hierarquia entre trabalhos de mulheres e homens. Esses princípios seriam legitimados por uma ideologia naturalista, a qual rebaixaria o gênero ao sexo biológico e reduziria as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados que remetem ao destino natural da espécie. A realidade das práticas sociais geralmente incumbiria apenas às mulheres dessa conciliação. Segundo as autoras certos pesquisadores propõem substituir "conciliação", por "conflito", "tensão", para evidenciar a natureza conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres.



Considerações finais

Outro ponto do acesso à educação tem a ver com a condição da realidade feminina. Se Maria tivesse tido a mesma oportunidade que seus irmãos de estudar quando jovem, talvez estivesse em uma condição econômica mais tranquila, como a dos irmãos. Mesmo assim, os valores e as experiências sobre a educação dadas por seu pai, foram relevantes para sua tentativa atual de retomar seus estudos. Portanto, a discussão de gênero em seu contexto de classe, trabalho e os estudos, não deve ser ignorada. Se as realidades foram diferenciadas a razão, nesse caso, aparece ligada ao sexo. Sabemos que políticas públicas, como o do Programa Escola da Família que oferecem financiamentos estudantis têm sua importância, pois sem elas a possibilidade de tentar estudar novamente, a curto prazo, não seria possível. Assim como a educação de jovens e adultos na educação básica pública incluiu essas pessoas, o ensino superior caminha na mesma perspectiva, só que, em grande parte, e instituições privadas. O que deve ser problematizado são os critérios para que essa inclusão ocorra: o trabalho adicional aos finais de semana. Essa inclusão que atende parte das necessidades das classes populares, mas por uma finalidade econômica e social de obter mais técnicos especializados. Nesse contexto não podemos deixar de questionar a organização do programa e seus recursos utilizados, o qual segue a mesma perspectiva econômica de favorecer as universidades particulares. Pouco se acompanha qualidade do ensino superior oferecido a esses trabalhadores e trabalhadoras.



Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo L.C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** - (coleção mundo do trabalho) - 2ª ed. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus. Esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea.** São Paulo: 1ª edição: editora instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.
- DUBET, François. **Sociologia da Experiência** Coleção Epistemologia da sociedade, Tradução: Fernando Tomaz - editions Du Seuil - 2ª edição, Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- FDE – Programa Escola da Família – **Regulamento Bolsa Universidade 2010 - Fundação para o Desenvolvimento da Educação.** Disponível: www.escoladafamilia.fde.sp.gov.br / Acessado em 02/2013.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho** - Cad. Pesquisa. vol.37 no.132 - São Paulo Sept./Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana:** São Paulo: Paz e Terra 1993.
- MARTUCCELLI, Danilo. **Grammaires de l'individu** - capítulo IV- Mesnil-sur-l'Éstrée, France Éditions Gallimard, 2002.
- MELLUCI, Alberto. **“O jogo do Eu”** - Porto Alegre: Unisinos, 2004.
- PIERRO, Maria Clara Di. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** In: educação e sociedade – Campinas, vol.26, nº 92, p. 1115-1139, especial – outubro / 2005.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp.71-99;
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe batalhadora?** – Belo Horizonte: editora UFMG, Humanitas, 2010.